



Anais da Assembléia

Nº 105

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 104.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1.980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Agibert Filho e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezzi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Valduga, Wilson Fortes e Gilberto Agibert Filho (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Nelson Buffara, David Cheriegate, David Federmann, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Fuad Nacli e João Mansur (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 95/77.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.980

a) Adalberto Daros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALCIDES LUZ, ocorrido no dia de ontem no Município de Piraquara. Da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.980

a) Adalberto Daros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação e aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Paulo Yokota, DD. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apelando no sentido de que:

a) sejam expedidos títulos definitivos de domínio sobre a área ocupada por agricultores na "Gleba Buriti", Município de Laranjeiras do Sul, regularizando-se assim uma situação que é motivo de preocupações àqueles que moram nessa Gleba há mais de quarenta(40) anos;

b) seja evitado que os títulos expedidos pelo Estado do Paraná à favor das pessoas desalojadas pela Funai — Gleba indígena, venham a ser sobrepostos à Gleba Buriti, já ocupado por outros.

Leve-se em consideração que os lavradores possuidores de área na referida "Gleba Buriti" que estão reivindicando seu título de domínio são inscritos e contribuintes do INCRA.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.980

a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, envie expediente às autoridades responsáveis pela concessão do Prêmio Nobel da Paz de 1.981, solidarizando-se com o movimento de nível nacional e internacional que visa outorgar ao brasileiro FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER aquela honraria, em reconhecimento ao seu trabalho, no sentido de paz e união entre os homens, sem preconceito de qualquer natureza.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1.980

a) David Federmann.

JUSTIFICATIVA:

No princípio deste ano, diversos segmentos da sociedade brasileira se movimentaram para lançar uma campanha, a nível nacional e internacional, para angariar assinaturas, em prol da candidatura do nome do Médiun FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER ao Prêmio Nobel da Paz de 1.981.

Imediatamente, milhares de brasileiros se mobilizaram com o objetivo de conseguir o número necessário de assinaturas a serem enviadas a Oslo, na Noruega. Até agora, 200 Câmaras Municipais de vários Estados já indicaram seu nome, para candidaturas ao Prêmio Nobel da Paz, ou apresentaram moção de apoio ao movimento. Igualmente, 22 Países das Américas, Europa e África, já asseguraram suas participações na campanha, através de entidades e clubes de serviço e mesmo de Órgãos oficiais, dando características internacionais ao movimento.

Este mineiro, cidadão do mundo, nascido em PEDRO LEOPOLDO à dois de Abril de 1.910, estudou até a quarta série do Grupo Escolar São José, em sua cidade natal, interrompendo posteriormente seus estudos por necessitar trabalhar para ajudar os pais, pessoas extremamente pobres. Teve uma infância e juventude de muito sofrimento e privações, revelando sempre muita humildade e resignação. Nascido e criado em família católica, foi fervoroso praticante.

A partir de 1.927, os fenômenos mediúnicos que já se manifestavam desde a infância, começaram a se intensificar, e a partir de então ingressou na Doutrina Espírita, revelando-se o maior médium psicógrafo do mundo, neste século, além de vidência, materialização e outros fenômenos mediúnicos.

Em 53 anos de vida pública dedicada à paz entre as criaturas, CHICO XAVIER atendeu a mais de um milhão de pessoas, de uma a uma. Seus livros mediúnicos de conforto e esperança, esclarecimento e libertação da consciência já atingiram a dois milhões de exemplares vendidos, alcançando o expressivo número de 183 títulos, vertidos para o castelhano, esperanto, francês, inglês, grego, japonês, tcheco e transcritos em Braille.

CHICO XAVIER vem libertando do desespero milhares de pessoas, havendo psicografado mais de dez mil mensagens pessoais de consolação e de amor, trazendo a paz e alegria de viver àqueles que se encontravam à beira do suicídio e da loucura.

Mais de uma centena de instituições de caridade, no Brasil e no exterior, receberam dele a inspiração para nascerem, o apoio e a ajuda para prosseguirem recebendo crianças, anciãos, enfermos, escolares...

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

Não poderia me calar, como representante do povo, diante do movimento que vem sendo encetado, para conferir a um brasileiro tão significativa honraria.

Sou mais um dentre os milhões de seres favoráveis à concessão do PRÊMIO NOBEL DA PAZ a CHICO XAVIER. A sua candidatura, não apresenta o médium, mas sim a pessoa; não candidata o trabalho mediúnico, mas a contribuição para a paz. Despido de paixões raciais ou de credo, é capaz de destacar o trabalho doutrinário do Papa João Paulo II em sua peregrinação pelo mundo, tal qual ocorreu recentemente aqui no Brasil.

Pelo respeito que lhe é tributado, CHICO XAVIER, exemplifica o amor ao próximo, e o divulga através de milhões de obras literárias, científicas, filosóficas, educativas doando os direitos autorais às instituições cristãs.

É importante que se frise, que o ESPIRITISMO nada tem a ver com essa candidatura, haja vista que diversos líderes de outras religiões o estão apoiando. Na verdade, o ESPIRITISMO não necessita deste título, nem o médium mineiro. Ele próprio prefere manter-se alheio à campanha.

Na verdade FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER está imunizado contra a vaidade. Nenhum proveito pessoal lhe adviria dessa honraria, pois — todos temos a certeza — a recompensa em dinheiro, seria revertida em benefício de pessoas carentes ou instituições assistenciais.

É este homem que todos os sábados, à sombra de um abacateiro em Uberaba, atende em média 1.000 pessoas carentes de pão e conforto, beijando-lhes as mãos...

É este homem, pacífico e pacificador, que mais tem trabalhado pela paz mundial; e o que realizou ficará no mundo por quantas gerações o quiserem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação e aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Nivaldo Almeida Neto, DD. Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que seja mantida no programa rodoviário do Estado para fins de conservação a estrada que liga Porto Sant'Ana à cidade de Laranjeiras do Sul.

Trata-se de uma reivindicação dos habitantes de Porto Sant'Ana que por essa forma manifestam a sua preocupação

de garantir a conservação do referido trecho de estrada, uma vez que sendo Laranjeiras do Sul, um município que pela sua extensão poderá não ter recursos para atender a conservação dessa estrada de intenso movimento em boas condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.980

a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tendo sido vinculada com insistência, no Município de Siqueira Campos, acusação de que estaria o Sr. Sub-Diretor do DETRAN, vendendo carteiras de habilitação de motorista, os Deputados, ao final assinados, nos termos da redação do inciso "V", do art. 16, da Emenda Constitucional n.º 6, de 19 de abril de 1.978, requerem seja encaminhado ao Sr. Secretário da Segurança Pública o que se segue:

- a) Solicitação de informação a respeito do assunto;
- b) Solicitação de abertura do competente inquérito administrativo, bem como o afastamento do responsável, até que se apure a veracidade ou não da acusação.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.980

aa) Aguinaldo P. Lima e Gabriel Manoel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado Telex ao Sr. Presidente do IBC, sugerindo alteração na Resolução n.º 71 de 19/10/79, na parte que regula a expedição das guias de trânsito, para o transporte e a comercialização do café, visando, facilitar a sua obtenção, por parte dos pequenos e médios produtores.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.980

a) José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Concordo, em quase tudo, com os termos da Resolução n.º 71 de 19.10.79. No entanto, entendo que o IBC, não previu, quando da sua exigência, da dificuldade que muitos pequenos e médios produtores teriam para obter tal documento. Essa dificuldade pode ser constatada, na prática, em municípios onde, a distância entre o local de saída do produto e a sede (onde é obtida a guia) é muito grande. Isso, além da dificuldade em termos de tempo, tem também o custo, diante da crise do petróleo. Aqui no Paraná sei de casos, que o pequeno produtor, para a venda de 10 sacas de café, tem que viajar 100 quilômetros para obter a guia. É, em razão de fatos concretos como esse, que tomo a liberdade, de sugerir a alteração da Resolução n.º 71 de 19.10.79, no que diz respeito aos critérios de expedição da guia de trânsito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: — REQUER, seja encaminhado o expediente a Sua Excelência o Ministro da Agricultura, a Sua Excelência o Ministro do Planejamento, a Sua Excelência o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná e a Sua Excelência o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, no sentido de que sejam mantidas as isenções do ICM dos produtos hortifrutigranjeiros, inclusive leite e carne, tendo por principal justificativa não só a alta verificada nos adubos, inseticidas, encargos previdenciários (Funrural), maquinários, manutenção, encargos financeiros, embalagens e comissões de intermediações, visando uma política de interesse econômico Nacional.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o expediente às autoridades mencionadas, no sentido de estudarem a viabilidade da proposição levantada, visando a isenção do ICM dos produtos hortifrutigranjeiros, inclusive o leite e a carne, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos produtores, esse pequeno, porém, importantíssimo segmento do nosso setor agrícola que tanto contribui para com a expansão geoeconômica do País.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.980

a) Valduga.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil enfrenta uma das maiores crises econômicas da nossa história, forçada pelos custos altíssimos da gasolina, óleo diesel e outros sucedâneos do petróleo, o que concorre sobremodo com a elevação dos preços da nossa produção agrícola, particularmente, dos produtos primários ao consumidor, como, por exemplo o feijão, a carne e o leite, que são alimentação básica da nossa população.

Somos um País altamente agrícola nas dimensões de suas fronteiras continentais, por isso teremos que lutar nesse campo, para produzir alimentos essenciais ao equilíbrio orgânico a custos reduzidos, substituindo outros produtos mais caros e raros, e evitando a importação. E para tanto é necessário que as autoridades constituídas conscientizem-se desse problema fundamental e sensibilizem-se diante das reivindicações mais justas por parte dos pequenos produtores, como é o caso dos hortifrutigranjeiros que formam um enorme segmento da classe produtora.

Os hortifrutigranjeiros são pequenos produtores que, em pequenas áreas, na realidade abastecem os grandes centros urbanos do País. E todo o trabalho é desenvolvido por pequenos aglomerados de familiares. Embora não tenha a grande expressão econômica, é de mais alta significação social e, atualmente, engajado na produção agrícola paranaense. Concorre também com a absorção da mão-de-obra ociosa de imensas áreas do nosso território, particularmente, do Estado do Paraná.

Devido, porém, à sua pequena participação econômica, essa atividade é relegada à própria sorte; esquecendo os governantes da sua relevante função social, ou seja, ocupação das pequenas propriedades, implantação dos núcleos familiares, alto índice de aproveitamento de mão-de-obra, melhor distribuição de renda, fornecimento de alimentos básicos a baixo custo e propicia ainda a fixação do homem à terra.

No entanto, é um setor desassistido, relegado a um plano secundário, em cuja comercialização não há garantia de preços, mas não raro é acusado como causador do alto índice de inflação, bem como do custo de vida. Assistimos há bem pouco tempo as autoridades monetárias atribuírem, a galopante inflação no País, ao custo do chuchu no mercado final de consumo.

Todo produto hortifrutigranjeiro, muitas vezes, é perdido antes da colheita por circunstâncias geofísicas. A produção é também altamente perecível, não permitindo estocagem. E se tudo isto não bastasse, surgem outros problemas insuperáveis que são os custos com os adubos, inseticidas, mão-de-obra, encargos trabalhistas e previdenciários, Funrural, encargos financeiros, máquinas: sua manutenção e depreciação, combustíveis, embalagens, fretes, comissão de intermediação etc. Com a intenção de tributação pelo ICM, certamente agravará mais ainda a situação desses pequenos produtores e provocará o colapso da atividade.

Sabemos que o aviltamento dos preços sobre os hortifrutigranjeiros, quando chegam ao consumidor, não é em consequência da estrutura de mercado. Portanto, a tributação do setor, sob os argumentos de eliminar os intermediá-

rios — absolutamente necessários nas condições atuais — e baratear os produtos, não é o caminho justo e correto. É uma política distanciada da nossa realidade, certamente emergida dos gabinetes tecnocráticos, onde se desconhecem as minúcias do setor. Não é necessário ser um economista, ou um expert no assunto para concluir que a tributação do ICM será fatalmente repassada ao consumidor final e ao produtor.

Assim, o efeito da tributação trará maior crise ao setor hortifrutigranjeiro e levará o produtor a vender sua propriedade e com isto, provocar o êxodo rural e aumentar as favelas dos grandes centros urbanos.

Acho que devemos incentivar esse setor de produção, pois ele ocupa uma função social muito importante e desempenha um papel preponderante na alimentação do povo. Teremos que formular uma política compatível com essa realidade nacional.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos sensibilizar as autoridades constituídas, no sentido de reverem o problema que a tributação do ICM causará a essa classe produtora e conseqüentemente agravará o consumidor final. Não é possível que não se atente para a miséria que ameaça a mesa da maior parte da população.

É com esta preocupação que formulo daqui, deste plenário, um apelo a todas as autoridades para que não onerem mais ainda, com essa tributação, a bolsa já vazia e comprimam de forma desumana e estômago exaurido do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, nós recebemos um convite do DACISA, Diretório Acadêmico desta Cidade, para que no dia de hoje, participemos de uma reunião, no sentido de tentar junto às autoridades constituídas, da nossa capital e do nosso Estado, para que haja uma redução nas tarifas de ônibus urbanos, principalmente na cidade de Curitiba, para estudantes em geral.

E aproveitando a oportunidade para convidar os Srs. Deputados também a comparecerem hoje à noite, lá no DACISA, quero levar ao conhecimento deste Plenário, que o projeto de lei de nossa autoria que tramita nesta Casa e que concede também a redução de 50% nas tarifas de transportes coletivos intermunicipais, aos estudantes universitários de curso técnico supletivo e de níveis de 1.º e 2.º graus, realmente a sua tramitação foi muito interessante, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mesmo porque nós tivemos a oportunidade de que a Comissão de Justiça desta Casa, está agora a contar talvez com um membro a mais, mesmo porque o Sr. Secretário dos Transportes, em ofício, naturalmente solicitado, diz da inconstitucionalidade da matéria. E o ilustre Relator da Comissão de Justiça, Deputado Augusto Carneiro, com o parecer de um Secretário dos Transportes, arguia a inconstitucionalidade.

Fico pasmado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em ver a interferência do Executivo, de um ilustre engenheiro, Secretário de Estado, de uma Secretaria, que é a Secretaria dos Transportes, a virar constitucionalista neste País. Não é de se duvidar, até a Petrobrás vende frangos.

Somente isto, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Associação Comercial e Industrial de Toledo e a Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, apresentaram proposições em abril de 1979, objetivando a criação do PRODUSIM e do FUNDEPE em nosso Estado.

Naquela ocasião tivemos a oportunidade de nos manifestar a respeito das propostas, que traziam como justificativas a situação do Paraná, a caminho do necessário desenvolvimento industrial e em especial o enfrentamento da questão social grave e aguda, dia a dia agravada com o esvaziamento populacional e pelo problema do desemprego a aumentar, com a avalanche dos chamados "bóias-frias", que todo o Paraná assiste.

Decorridos mais de um ano dessa apresentação, mesmo tendo sido unanimemente aprovada tal reivindicação pela Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, não se soube até agora, de pronunciamento algum das autoridades competentes, a quem por ventura tais reivindicações foram encaminhadas, enquanto o desenvolvimento industrial do Paraná prossegue desafiando todas as esferas por ele responsáveis, e o problema do esvaziamento populacional, mais alarmante se vai tornando nos mais diversos rincões do Estado, pois é cada vez mais crítico.

Vivendo dia-a-dia desta problemática, as Associações Comerciais não cansaram de reivindicar, inclusive opinando com um anteprojeto para a criação de um PRODUSIN e ou FUNDEP, sob a ótica de que estariam assim, em parte, defendendo o desenvolvimento industrial no interior o Estado, em sendo atendidas, e também auxiliando na contenção do esvaziamento em nossas comunidades rurais.

E as Associações da região, na última plenária, realizada dia 13/09/1980, em Foz do Iguaçu, atendendo proposição da representação de Toledo, por unanimidade, decidiram renovar a reivindicação.

Por essa razão Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na Tribuna neste dia, para dizer que estamos estudando a viabilidade de encaminhar como anteprojeto ou como mera sugestão, devido ao empecilho da constitucionalidade, pois esta idéia entendemos profícua e interessante, para que seja encaminhado e tenha o Paraná a criação de um Programa de Desenvolvimento Industrial Integrado no Estado, ou o surgimento do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná, cujos anteprojetos, com certeza, poderão ser analisados, inclusive, pelas Comissões Técnicas desta Casa.

Entre os principais recursos para manutenção, por exemplo, de um Programa de Desenvolvimento Integrado proposto pelos comerciantes, industriais e lideranças do Oeste do Paraná, defendendo-se o surgimento de uma dotação orçamentária nunca inferior a 10% da arrecadação do ICM, e os incentivos fiscais correspondentes, igualmente, a 10% do mesmo ICM. A proposta do PRODECIM seria o seguinte:

Art. 1.º — Fica criado o Programa de Desenvolvimento Industrial Integrado do Estado do Paraná - PRODESIN, como entidade de direito público interno, com personalidade jurídica e patrimônio próprios de natureza autárquica e vinculada à Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 2.º — O patrimônio do PRODESIN constitui-se inicialmente das dotações especialmente consignadas para os efeitos desta lei, e os recursos obtidos através de sua ativação.

Art. 3.º — A administração do PRODESIN é exercida por um conselho de administração e por uma superintendência.

§ 1.º — São membros do Conselho Administrativo, o Secretário de Estado das Finanças, seu Presidente, o Secretário da Indústria e Comércio, o Presidente da ACARPA, e um Delegado indicado pela Associação das Cooperativas Agrícolas do Estado do Paraná.

§ 2.º — O Delegado das Cooperativas Agrícolas será indicado para períodos de dois anos.

Art. 4.º — O regime jurídico do pessoal do PRODESIN,

exceção feita aos dirigentes da Superintendência, é o da Consolidação das Leis do Trabalho, não podendo os respectivos salários ultrapassar os que forem fixados para cargos equivalentes do Quadro Geral do Poder Executivo.

Art. 5.º — Constituem recursos do PRODESIN:

I — os provenientes de dotação orçamentária, cujo valor anual não poderá ser inferior a dez (10%) da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, excluídas do cálculo, as quotas devidas aos Municípios;

II — os decorrentes de créditos especiais;

III — os provenientes de retornos, encargos financeiros e outros recebimentos resultantes das aplicações que promover;

IV — os provenientes de devidos, lucros e bonificações recebidos em função de participação no capital de sociedades;

V — os decorrentes de legados e contribuições;

VI — outros que lhe forem legalmente deferidos.

Art. 6.º — São objetivos do PRODESIN:

I — financiar ou custear, a fundo perdido ou não, a elaboração de estudos setoriais, perfis, programas de industrialização e pesquisas econômicas e tecnológicas que interessem ao desenvolvimento estadual para serem desenvolvidos, especialmente em regiões de alto índice de produtividade agrícola e baixa densidade industrial;

II — adquirir, alienar ou por qualquer outra forma gravar ações, participações societárias e debêntures conversíveis em ações de empresas com domicílio tributário neste Estado, cujo capital vorante pertença em sua maioria a pessoas físicas ou jurídicas com sede e organizadas no país;

III — revender preferencialmente as ações ou participações societárias às respectivas empresas, pelo valor nominal, dentro do prazo de cinco anos, para exercício desta opção. Vencido este prazo sem que a empresa exerce o seu direito de recompra de suas ações, o PRODESIN, ficará automaticamente liberado para promover esta alienação a terceiros;

IV — emprestar colaboração financeira, mediante participação e ou subsidiamento de encargos, em contrato de financiamento a médio e longo prazos, celebrados entre agências oficiais de crédito e empresas que atendam aos requisitos mencionados no item anterior, e que sejam voltadas à produção de bens de capital, bens de consumo duráveis e à transformação e refinamento de produtos agrícolas na própria região de cultivo;

V — carrear recursos para a capitalização de empresas com domicílio tributário neste Estado, sediadas e organizadas no país, nitidamente as pequenas e médias e aquelas que, de qualquer parte, se destaquem como empresas líderes setoriais ou regionais nas atividades mencionadas no item anterior;

VI — complementar as garantias exigidas pelos agentes financeiros às empresas paranaenses de pequeno e médio porte;

VIII — promover e participar, nos termos da lei, de operações de arrendamento mercantil e industrial (leasing).

§ 1.º — Os atos e fatos relativos a cada uma das contas serão escriturados separadamente.

Art. 7.º — Verificada a existência de recursos temporariamente ociosos em qualquer das contas mencionadas no artigo anterior, poderão os mesmos ser repassados de uma para outra, estabelecendo-se antes, perfeita compatibilização entre o prazo de retorno dos recursos repassados e a respectiva programação de desembolso.

Art. 8.º — Os títulos e valores adquiridos pelo PRODESIN, através das contas de Depósito Especial e das inversões financeiras, serão administradas pela própria entidade.

Parágrafo único — Poderão, contudo, os títulos e valores referidos no caput, ser administrados por outro órgão do Governo Estadual mediante contrato ou convênio celebrado pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Art. 9.º — O Conselho de Administração poderá estabelecer cláusulas contratuais que protejam a participação do

PRODESIN nas empresas por ele apoiadas.

Art. 10 – Ficam criadas no PRODESIN, os seguintes cargos em comissão:

- I – 1 (um) Superintendente, (nível);
 - II – 1 (um) Chefe de Unidade de Análise de Projetos e Estudos, (nível);
 - III – 1 (um) Chefe de Serviço de Apoio Administrativo.
- Art. 11 – O Chefe do Poder Executivo proverá os atos necessários à instituição e implantação do PRODESIN.

Art. 12 – Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Poderá parecer à primeira vista, ao leigo em matéria tributária, que esses anteprojetos, o surgimento do PRODESIN ou do FUNDEP, visam prejudicar a amplitude da aplicação que ora se dá à arrecadação de ICM do Estado, de cuja participação os municípios auferem recursos para a própria sobrevivência, comunidades administrativas na geografia governamental do Estado.

Mas, tal visão é enganosa. Um exame algo mais metódico do assunto revelará que esses 10% de ICM previstos nos anteprojetos, logo se transformarão em simples investimentos do Estado para uma produção futura de mais ICM, eis que as novas indústrias amparadas por tal incentivo, se tornarão fonte perene de uma bem maior arrecadação do tributo.

ESVAZIAMENTO POPULACIONAL

Mas, para tanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, largando um pouco esse aspecto árido da proposição de um Fundo de Desenvolvimento, nós precisamos analisar as causas geradoras des-

sa proposta, e comecemos pelo triste quadro do esvaziamento populacional.

Para este angustiante problema é que todas as instituições não podem deixar de ter voltadas as suas vistas, instante a instante, de vez que o nosso Paraná, além da terra arrasada pela desenfreada devastação da floresta, se apresenta, agora, verdadeiramente ameaçada em se transformar em terra de ninguém pela constante fuga de sua população rural.

A este respeito, especialmente no tocante à micro-região do chamado extremo-oeste do Paraná, são mais do que eloquentes as pesquisas e dados que já trouxemos a esta Casa, e que podemos acrescê-los através dos computados especialmente por dois toledanos, advogado e ex-prefeito, Wilson Carlos Kuhn, e o historiador e contador Ondy Hélio Niederauer, que não só na área do ensino, não só na área da educação rural, como quanto ao eleitorado e outros campos sociais de alguns municípios oestinos, apresentam dados insofismáveis da grave situação do esvaziamento populacional da área em destaque.

Mesmo ainda em fase de estudos, mas estribados na expressividade dos elementos de que dispõem, os dois eméritos toledanos, já afirmam pública e categoricamente: “O Oeste do Paraná defronta-se, hoje, com um processo alarmante de esvaziamento rural”.

Baseando-se em pesquisas no âmbito do ensino escolar na zona rural, oferecem-nos os dois estudiosos um quadro de matrículas nos municípios de Assis Chateaubriand, Cascavel, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo, durante os anos de 70 a 80, que, na verdade, são dados estarecedores:

ALUNOS MATRICULADOS – ZONA RURAL

PERÍODO	MUNICÍPIOS					
	ASSIS CHATEAUBRIAND	CASCADEL	GUAIÁRA	MAL. C. RONDON	PALOTINA	TOLEDO
1974	—	—	4.768	9.025	8.992	—
1975	12.209	—	4.250	7.964	8.231	15.230
1976	12.921	9.820	3.928	7.456	7.402	10.849
1977	9.773	9.091	3.327	7.523	4.083	8.760
1978	8.980	7.139	3.257	6.849	3.869	8.018
1979	7.992	6.146	2.052	6.242	2.872	7.575
1980	7.500	—	1.897	6.041	2.280	7.458

Apesar de a queda mais pronunciada estar sendo no município de Palotina, capital nacional da soja, o número de alunos deverá continuar decrescendo na zona rural de Assis Chateaubriand, pois nos princípios de 1980 foram fechadas duas escolas municipais próximas ao Rio Piquiri, e outra, nas adjacências do patrimônio do Encantado. Na zona rural de Guaíra, a professora Dirce Bespalez informa, aos pesquisadores, ter havido uma evasão populacional, na ordem de aproximadamente 72%. A queda menos brusca apresentada pelo quadro verifica-se, aparentemente, na zona rural de Marechal Cândido Rondon. Entretanto, certa pesquisadora daquele município, conforme veremos, está assustada com o esvaziamento rural da micro-região.

Em Palotina, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, o esvaziamento rural da população escolar é tão calamitoso que, pela Lei Municipal n.º 635 de outubro de 1979, o Poder Executivo foi autorizado a demolir 17 escolas rurais daquele município por absoluta falta de alunos, disso advindo também inesperadas consequências que poderemos, a seguir, descrever:

Município líder na evolução agrícola da micro-região, Palotina terá que ser visto seu esvaziamento populacional da zona rural, num parágrafo especial que haveremos de comentar, para melhor analisar e ponderar a gravidade da situação. É numa situação como a que vivemos no oeste que sentimos quão distante estão o governo e os seus teóricos, os seus tecnocratas e inclusive a Liderança do Partido da maioria nesta Casa, porque ontem mesmo, discutindo o problema da educa-

ção, ALHEIOS À REALIDADE, pisam no ar e, porque no vácuo, propõem vacuidades técnicas.

Mas continuemos a análise:

Apreciando o movimento populacional do meio rural de Palotina, pelo número de matrícula no período dos últimos doze anos, 69 a 80, apresenta ele uma curva impressionante, em face do quadro que podemos aqui traduzir.

ALUNOS MATRICULADOS – ZONA RURAL

1969/80	MATRÍCULAS	ÍNDICE
1969	5.520	100
1970	6.716	121
1971	8.522	154
1972	11.051	200
1973	10.162	184
1974	8.992	163
1975	8.231	149
1976	7.402	134
1977	4.083	73
1978	3.869	70
1979	2.872	52
1980	2.280	41

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, além desta brutal

queda no número de matrículas em escolas da zona rural, constaram ainda os pesquisadores outros fatos a testarem o esvaziamento populacional da micro-região oeste, seriamente hoje conceituada como a mais rica do Estado do Paraná. Porém, valeria aqui abrir um parêntese e dizer: que riqueza é essa Sr. Presidente? Que região rica é esta?

Este é o crescimento econômico que o capitalismo cria ao levar a capitalização ao campo, fazendo com que se seque o desenvolvimento social, único meio que nós podemos conceituar como certo e justo para qualquer sociedade ser considerada potência ou medianamente desenvolvida.

Em várias localidades do oeste do Paraná, por exemplo Formosa do Oeste (sede municipal) ou Vila Maripá (principal distrito de Palotina) registram-se baixas constantes de estabelecimentos comerciais sem serem por outro substituídos. Em Maripá, foram fechados em poucos meses, 20 estabelecimentos e a redução populacional está acima de 50%. Em Novo Sarandi no Município de Toledo, foi fechado o único hospital, quando então a farmácia, também única, teve que encerrar suas atividades.

No mesmo distrito de Novo Sarandi, e no de Vila Nova, ambos pertencentes ao Município de Toledo, o movimento de cartórios já não é suficiente sequer para a sobrevivência financeira dos serventuários. Na questão do MOVIMENTO ELEITORAL, diversos são os fatos denunciadores do esvaziamento populacional da micro-região, podendo-se entre outros, citar os seguintes:

1 — Em Formosa do Oeste, no último pleito de um total de 17 mil eleitores, só compareceram às urnas 11.500, simplesmente porque 5.500 faltosos já não mais residiam no município. Em Cafelândia do Oeste, num pleito plebiscitário, que deveria despertar o interesse de toda a comunidade, visto tratar-se de votos pela emancipação do distrito, de um total de 3.383 inscritos, compareceram 2.477, ou seja: registrou-se o percentual de 27% de faltosos. E, essa percentagem seria bem maior, se descontados cerca de 600 eleitores de última hora arrebanhados pelo Movimento Emancipacionista.

2 — Em pesquisa própria e com base no movimento dos últimos pleitos eleitorais, a Sra. Irgrund Seybouth, estudiosa que reside em Marechal Cândido Rondon, estima, profundamente assustada, que até fins de 1978 houve, no meio rural da micro-região, um esvaziamento populacional da ordem de 31,24%.

Outro aspecto que traduz essa realidade: MUDANÇAS.

Ao contrário de anos atrás, quando se registrava a entrada diária de adventícios nas diversas localidades da micro-região, agora se verifica uma constante saída de quem chegou até de quem não chegou como adventício. Somente no Município de Cascavel, saíram nos últimos meses de 79, entre 30 a 10 mudanças por mês, segundo o controle da Exatonia Estadual, isto é, sem contar as mudanças clandestinas, naturalmente em número bem mais elevado.

EXTINÇÃO DE COMUNIDADES. Sr. Presidente e Srs. Deputados, eis um aspecto terrível a ser ponderado. Quando o prefeito de Palotina teve que demolir 17 prédios de escolas municipais, autorizado pela respectiva Lei, doou o material de alguns prédios à comunidade, pois o decreto municipal autorizava o Executivo municipal a doar à comunidade respectiva o resultado da demolição.

Pois bem, casos aconteceram em que o material a ser entregue à comunidade, ficou para destinação especial, simplesmente por não existir mais a comunidade a quem ele deveria ser doado. Do total de 17 unidades escolares demolidas, 13 comunidades não mais existiam para receber o material destes prédios demolidos.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para entendermos o processo de esvaziamento rural, é preciso inseri-lo dentro das chamadas fases sócio-econômicas do oeste do Paraná. Não podemos esquecer que a região hoje considerada um boia de ri-

queza e desenvolvimento do Estado, teve esta marca da desgraça social criada. E a história regional e os dramas são recentes, e para analisar melhor esta fase desvairada e com toda esta problemática vamos evidenciar aspectos.

Até o ano de 1945 "o oeste do Paraná tinha o chamado latifúndio improdutivo. As terras não tinham uma destinação social. A região era ocupada por paraguaios e o dinheiro circulante era o peso argentino. Inexistia, por fim, um processo de integração nacional. Aliás, historicamente precisamos entender que o oeste do Paraná como um todo, desde Campo Mourão abaixo pertencia ao Paraguai, ao menos conforme a seriedade da história não oficial neste país.

No setor industrial, destacava-se apenas a indústria extrativa da erva-mate e uma pequenina indústria de fixação de resinas aromáticas nas proximidades de Porto Britânia. Em 1945, e daí em diante, várias empresas colonizadoras procederam à colonização das terras do oeste do Paraná, dando a elas uma destinação social.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, faltam ainda estudiosos e estudos para, sociologicamente, analisar o que foi, na década de 40 para trás e depois da década de 40 e no presente, o que está sendo, a região oeste. Porque, principalmente, depois de 1945, e a rigor a partir da década de 50, estabeleceu-se na região, que aqui representamos, uma segunda e importante fase econômica, chamada de minifúndio produtivo. As características desta segunda fase sócio-econômica são, em especial, pequena propriedade e policultura. E do ponto de vista industrial, apenas a indústria extrativa da madeira. Mas, basicamente a riqueza do oeste do Paraná, em seu aspecto completo e integral, com crescimento econômico e desenvolvimento social, existiu sim, no período da pequena propriedade e da policultura.

Com o decorrer do tempo, surgiu o evento agrícola soja/trigo. E os interesses do monopólio internacional, do alto capitalismo, mais uma vez se fez presente, bem como a possibilidade de abrupta mecanização da agricultura em terras do oeste do Paraná acarretaram a monocultura soja/trigo, com uma perspectiva imprevisível. Apenas como exemplo, o Município de Palotina tem 92% de suas terras mecanizáveis.

Em primeiro lugar. Sr. Presidente e Srs. Deputados, estabeleceu-se um processo de adensamento de propriedades rurais. E a concentração de propriedade neste país, de tanta terra ociosa, está se fazendo de maneira agressiva na região oeste do Paraná, quando nossos governantes, quando nossas autoridades do setor, do governo federal ao estadual, as Secretarias de Estado, assistem passiva e covardemente este processo de esvaziamento social e de desgraça comunitária, previsível num futuro não muito distante.

Além da grande concentração da propriedade, os pequenos proprietários vendiam suas áreas para os grandes lindeiros e depois sentiam-se impossibilitados de comprar terras na mesma região. Por haverem eles mesmos inflacionado o preço da terra.

Com isso os agricultores que venderam suas terras, se obrigaram a procurar áreas mais acessíveis no Paraguai. E hoje tristemente temos na região oeste uma Nova Santa Rosa, em homenagem ao município mãe do Rio Grande do Sul, e também temos uma Nova Santa Rosa no Paraguai. Temos inúmeras outras comunidades do Paraguai, formadas de brasileiros, com nome em homenagem a municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou outros Estados, como já temos também Nova Toledo, Nova Palotina e outros nomes incorporados já à figura física e política do vizinho país.

Mas, além do Paraguai, o Mato Grosso, o Acre, Rondônia, Goiás, Pará, Bahia e até Roraima são alguns dos principais locais para onde se dirigem os pequenos proprietários expulsos de suas áreas.

Isto quer dizer. Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a par

tir principalmente de 1970, implantou-se a terceira fase sócio-econômica do oeste do Paraná, a chamada fase do latifúndio produtivo, mas cujos resultados sociais são altamente questionados.

"As conseqüências deste ciclo são incríveis: a adoção de monocultura em rodízio; devastação das matas, com perda de equilíbrio ecológico; abandono de outras atividades rurais e culturas agrícolas, mormente a suinocultura; um certo regresso em vários aspectos da comunidade social (moralidade, religiosidade) em razão da abundância também imprevisível, gerando novos hábitos, não só na vida familiar, como social, do consumismo e de tantas outras coisas; a alta constante dos valores da terra, descoberta do ócio e do lazer pelo agricultor muitas vezes em elevado prejuízo a seu próprio trabalho; o aumento do número de "bóias-frias", com evidente ameaça de ruptura no equilíbrio sócio-econômico da região (de um lado, uma minoria abastada a contrastar; de outro lado, com o exército de marginalizados e de desempregados).

Em Cascavel, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredita-se, conforme informações de dados que temos e pesquisas que estão sendo concluídas, na existência de mais de 10.000 desempregados; e, finalmente, o natural esvaziamento rural."

Sr. Presidente e, antes dos apartes, Srs. Deputados, gostaria de dizer que a região oeste do Paraná exatamente existiu como grandeza econômico-financeira e socialmente falando (que é o que mais importa) exatamente no ciclo econômico e social, em que a pequena propriedade existia e a policultura é que se fazia.

Por isso, se não tínhamos grandes ricos no oeste do Paraná nas décadas de 50 e 60, também não tínhamos a pobreza, a marginalização e muito menos o aviltante número de desempregados e "bóias-frias" que hoje lá se encontra.

É nesse instante, que cai por terra todo um plano quinquenal de um governo, como todos os últimos governos deste Estado são coniventes nestes resultados sociais co-responsáveis por este desastre econômico e social que está se criando. Sem desculpas, sem apêndices, sem reticências.

Tem o aparte o Deputado Darcy Deitos e, em seguida, Nilso Sguarezi.

O Sr. Darcy Deitos — Inicialmente quero cumprimentar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento nesta tarde, onde Vossa Excelência traz ao conhecimento desta Casa, um tema muito importante, onde Vossa Excelência coloca em primeiro plano, o esvaziamento da Região Oeste do Paraná.

E eu diria a Vossa Excelência que não é só a região Oeste do Paraná, é um problema de todo o interior agrícola do Estado do Paraná, que está se esvaziando por um modelo agrícola exportador, concentrador, onde mais de 130.000 pequenas propriedades rurais nos últimos 8 anos, foram absorvidas pelos latifúndios; os latifúndios estão crescendo neste Estado, exatamente por uma política agrícola voltada exatamente para os interesses do capitalismo internacional que redimensionou a nossa agricultura, onde Vossa Excelência, que constata muito bem na sua região, de que já não se produz mais milho como antigamente, não se produz mais feijão, não se produz mais arroz, mais carne, como se produzia. E hoje no afã de exportar soja, por causa dos dólares, estamos aí a gastar bilhões de dólares para importar milho, feijão, arroz, carne, chegando ao absurdo de, agora, o milho que está sendo importado pelo governo para cobrir o consumo brasileiro, de se pagar Cr\$ 538,00 uma saca.

(**Sr. NELTON FRIEDRICH** — Vossa Excelência me permite, sendo vendido em leilão na Bolsa de Cereais de São Paulo, cujo Presidente é também Presidente do Sindicato das Indústrias de Rações de São Paulo, que, por sua vez é totalmente ligado às multinacionais.

O Sr. Darcy Deitos — ... Representante das multinacionais, e quando é sabido de que o produtor, principalmetnte

o produtor paranaense, no grosso da safra do milho, vendeu a sua safra a 220, 230 cruzeiros a saca. Mas o milho brasileiro não é bom, bom é o milho importado, estocado de três anos atrás, como Vossa Excelência já comentava aqui, desta mesma tribuna, denunciando na sua região o consumo de milho podre e deteriorando a formação de frangos na sua região aqui neste Estado.

Portanto, nobre Deputado Nelton, isto tudo a nosso ver é fruto de um Governo arbitrário, prepotente, de um estado de exceção que ainda perdura, de um Governo que não atende os interesses do povo.

Daí nós sempre exigirmos que se dê ao povo o direito de julgamento pelo voto popular, porque só através do voto é que nós ainda conseguiremos nesta Nação uma mudança radical nas estruturas, inclusive com uma reforma agrária que realmente atenda os interesses do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que passará a falar no horário reservado ao Partido do ilustre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado a esta Presidência, e à nossa Liderança, e, em resposta ao aparte que agradeço e que ampliou e enriqueceu ainda mais ...

O SR. DARCY DEITOS — (Questão de ordem) — A Liderança concede mais 5 minutos ao nobre Deputado Nelton, e os últimos 5 minutos ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere, e o nobre Deputado tem mais 10 minutos.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Com referência ao aparte, este é um País que "exporta é o que importa". O brasileiro que passa fome, que caía na vida marginalizada que cria a violência rural, que não tenha paz e não tenha pão, mas isso pouco importa. "O importante é exportar. Este é o lema, esta é a determinante. E o resultado aí está. A grande herança maldita que o regime militar-tecnocrático, que se implantou neste País, está dando à população brasileira é exatamente a injustiça social. Acrescendo à sua evidência de que não é só no Oeste. No Oeste, basicamente, a coisa está sobressaindo neste presente momento, de uma gravidade como nunca foi vista, e com um aspecto fundamental: a ausência do Estado, a ausência do Governo, nas décadas de 50 e 60 no Oeste, é que permitiu, talvez, que nós tivéssemos esta estrutura sócio-econômica, quando se fez lá uma mini-reforma agrária, doméstica, regional, através de um plano de colonização, onde o social preponderava, e que agora, cada vez mais, esta tecnologia importada, que gera tantos problemas - e onde estão os nossos técnicos das Secretarias da Agricultura, Governos de Estado e Governo Federal que agora para minimizar os problemas não aparecem - implantada na região e em todo o País, e que causa toda esta problemática, que é um drama em toda a região.

O Sr. Darcy Deitos — Eu diria omissão do Governo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ele é partícipe em muita coisa, omisso as vezes; negativamente presentes outras vezes!

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência procura demonstrar exatamente a falta de intervenção governamental para evitar essa tendência hoje avassaladora da acumulação de propriedade, principalmente da terra, no oeste do Paraná. Acredito que não haja necessidade de qualquer dissertação sobre a intervenção do atual governo na economia, porque, evidentemente, o atual governo tem usado e abusado de intervir na economia, mas no oeste do Paraná lhe assiste total razão em dizer que o Governo se omite, quando era efetiva e necessária sua intervenção.

Veja Vossa Excelência, de que o oeste do Paraná, há 15 anos atrás, quando a propriedade não tinha as proporções de hoje, tinha uma economia sólida, representada na suinocultura, quando o Estado tinha o invejável número de oito milhões de cabeças de suínos e era o maior produtor dessa espécie animal. Hoje o oeste do Paraná, Vossa Excelência mais do que ninguém o sabe, por ter deixado de produzir suínos como anteriormente, fez com que de oito milhões caísse para não mais de cinco milhões o rebanho suinícola do Paraná.

Por isso mesmo é que somos contra o atual modelo agrícola brasileiro. Está falido, está errado.

Mas é lamentável, nobre Deputado, que quando Vossa Excelência vem à tribuna com um assunto tão sério, tão profundo, esta Casa não lhe dá a devida atenção. Às vezes, com críticas de somenos importância que fazamos, logo há discordância, mas hoje, quando os números provam a verdade e ela é irresponsável, suas denúncias ficam praticamente no monólogo.

Parabenizo-me então com Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, Sr. Presidente.

Agradeço o seu aparte e a riqueza de mais detalhes no adendo do ilustre Deputado Nilso Sguarezi, que, com propriedade, também trouxe informações, o que prova que, realmente nós, às vezes na superficialidade temos mais presença, audição e preocupação, do que quando os números falam mais alto e a realidade é mais dramática.

Termino, dizendo que encaminho à Mesa, exatamente uma proposição, pró-criação do FUNDEP ou PRODOSIN, que analisamos em conjunto com a Associação Comercial e Industrial de Toledo, com outras autoridades daquela cidade e da região, porque é uma proposta oriunda daqueles setores. Digo também, como disse um dos colaboradores desse trabalho, que "grandes indústrias possam estar se estabelecendo na região, mas com critérios eminentemente técnicos. E o que se deve pensar em fazer, com total amplitude, é a implantação com incentivos válidos, das médias e pequenas indústrias caseiras, inclusive as chamadas indústrias de fundo de quintal, a exemplo de situações imperantes em poucos lugares deste País, como diz esse pesquisador, no chamado Vale do Itajaí, em Santa Catarina". Todavia, se essa é meramente uma idéia que se procura com parcialidade contribuir não somente com a discussão do assunto, para que se coloque um basta no esvaziamento populacional, mas que se coloque o social acima do econômico.

E tem essa proposição, um alvo ainda mais importante, que é o alvo de ou se atender a essas reivindicações ou o plano do atual governador - cantado em prosa e verso de ver o homem acima de tudo - estará colocando o homem abaixo de tudo. Porque nossa região terá que sentenciar que do seu solo, da sua produção, da sua riqueza, como resultante surgirá a pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário restante à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ele fez do País, um feudo. Ele marginalizou, perseguiu, torturou, e matou. Ele foi o responsável, por quase noventa por cento do analfabetismo, foi o responsável pela miséria, pela fome de um povo.

Extremamente ligado ao imperialismo norte-americano, de onde importou o "know-how". Os ditadores da América Latina, aprenderam muito com ele. Ele realmente fez escola. Expulso pelas forças populares, que não aceitavam mais o regime de força, regime opressivo, fugiu na calada da noite com as forças populares aos calcanhares, abandonando aquele pequeno País, que até então, era o feudo da família, o seu quintal para as grandes festas e piquiniques.

Hoje, podemos até dizer, que o inferno está em festas,

ao receber a alma negra deste ex-ditador. Que o fogo das profundezas do além, queimem até a alma deste ditador negro que a América Latina conheceu.

A América Latina está cantando feliz hoje, a Justiça tardou é claro, mas ela veio implacável. A liderança e a democracia hoje estão contentes sim, Anastácio Somoza, foi assassinado esta manhã, morto esta manhã, nas ruas de Assuncion segundo noticiário de emissoras de rádio da Capital. Em nome próprio, venho trazer esta notícia, da morte deste cruel ditador que, por longos e longos anos, maltratou, marginalizou, espezinhou, criou contingente da fome, da miséria, enquanto vivia nababescamente.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Fiori, acho que cada pessoa humana se destaca exatamente uma da outra, pelo que é na vida e também pelo que acaba sendo na morte. De minha parte, gostaria mais de ver todos os homens, que usaram e abusaram da própria criatura humana, e entre eles Somoza, ver sentados num tribunal para que a justiça dos homens tivesse a oportunidade de ratificar, mais uma vez, a condenação a este tipo de vida que determinados homens adotam. Porque embora, é verdade, a humanidade tenha se visto livre de um dos seus integrantes, de um dos seus píssimos integrantes, mas de outro lado acredito que a maneira como Somoza é eliminado, não traduz exatamente a melhor forma da humanidade se ver livre desta espécie humana.

Acredito que através de um julgamento sereno, mas implacável, seria uma maneira de a humanidade até aproveitar-se do exemplo para que no futuro outros homens, antes de cometerem as atrocidades como Somoza cometeu, se preocupem mais com seu tipo de vida e de comportamento.

Em todo o caso, veja Vossa Excelência que quer Somoza, sendo vítima de um atentado, ou quer Reza Pahlevi morrendo ou se exterminando por uma doença, tendo uma morte natural, qualquer um dos dois, a grande verdade é esta, é que em vida receberam o repúdio de toda a humanidade.

Se hoje se consuma, sai da face da terra a presença física de Somoza, é verdade que suas figuras históricas estarão sempre alertando a humanidade para que os homens tenham a coragem de levantarem-se contra este tipo de indivíduos. E hoje, a Nicarágua deve, na sua revolução, ver-se efetivamente mais tranquila, embora não concorde com a forma que foi eliminado, porque o pior pesadelo para o povo nicaraguense é pensar de que um dia, através da força ou de seus aliados, como os Pinochet e os S. Stroessners, pudesse aquele Ditador voltar para Nicarágua.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa, em horário reservado à Liderança do PDS, concede a palavra por dez minutos ao Deputado Lázaro Dumont.

O horário restante ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de manifestar o apoio às palavras do nobre Deputado Nelson Friedrich, na tribuna do Dia de hoje, e que por problema de tempo, não tive oportunidade de participar.

Realmente o Deputado Nelson Friedrich traz um assunto de grande interesse para esta Casa, principalmente, levando em consideração que a semana passada nós tivemos nesta Casa, uma reunião de muita importância e com o comparecimento em massa de todos aqueles que foram convidados a participar.

E esta Comissão da qual o nobre Deputado Nelson Friedrich é vice-Presidente, a Comissão da Agricultura, elaborará

um documento sobre a situação e as condições e as perspectivas da suinocultura no Paraná e que a Comissão trará a esta Casa para maiores debates.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que nas últimas sessões desta Casa tomou conta de quase todo o espaço de tempo dos Srs. Deputados, foi a problemática e as condições que estão as nossas rodovias hoje no Paraná.

Aonde existe o asfalto, na maioria delas em condições péssimas. E aonde a gente tinha grande esperança de se iniciar imediatamente a construção do asfalto, lamentavelmente, por culpa de corte de verbas, a esperança daquela população de tantas regiões do Paraná, estão se desfazendo exatamente pela retirada das empreiteiras, de equipamentos de algumas rodovias, como é o caso, por exemplo, do trecho Sacopema-São Jerônimo da Serra, que desde a metade de 1978, a Companhia Parapanema instalou em Sacopema todo o seu maquinário, abriu a pedreira, caminhões, pessoal e até hoje, a estrada não foi iniciada.

Mas o que nos traz hoje, aqui, mais uma vez são as condições da Rodovia do Café. Está diretamente ligada a mim e a quase todos os Deputados do Norte do Paraná, porque normalmente trafegamos por ela, uma ou duas vezes por semana. E sinceramente, é uma rodovia que quando a gente sai de casa, de Curitiba, para se iniciar este percurso, já tem que sair preparado para um acidente grave ou até mesmo, para a morte.

Porque é difícil o dia que se passa nesta rodovia e que não sejamos testemunha de um ou mais acidentes gravíssimos, com morte, e realmente com fatos lamentáveis.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero me somar a Vossa Excelência e dizer à Casa, que realmente o Estado de conservação da Rodovia do Café, é dos mais lastimáveis. Já tive a oportunidade e sei que Vossa Excelência também, de fazer aqui um apelo ao Secretário dos Transportes. E esse apelo foi feito há mais de dois ou três meses, quando retornava de Londrina, e quase sofri um acidente dos mais pavorosos com a minha família dentro do carro, em razão de buracos e calombos, no trecho "Barrio dos França a Embaú".

E nem resposta o Sr. Secretário dos Transportes se dignou a oferecer ao requerimento que este Poder aprovou.

Vossa Excelência tem razão. Diariamente morrem pessoas nesta estrada. Já assisti inúmeros acidentes e tenho certeza que Vossa Excelência também. E todos os Deputados que por lá trafegam, também devem ter assistido cenas terríveis e que nunca gostariam de ver.

Assisti um acidente em que 7 pessoas morreram; uma família inteira foi exterminada. É uma vergonha a falta de atenção, não sei se do Governo do Estado ou do DNER, para com esta estrada.

Cumprimento Vossa Excelência e gostaria que a Liderança do Governo nesta Casa, fosse o porta-voz deste clamor, nesta tarde de hoje, a esta péssima conservação de uma estrada tão importante para a vida do Paraná. São vidas que são ceifadas, pessoas que morrem, famílias que são destruídas; não são animais, não são objetos.

Acho que está na hora da Liderança do Governo se preocupar também com assuntos dessa gravidade.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, estamos assistindo Vossa Excelência, um Deputado combativo, homem com acesso a todas as Secretarias, vir à tribuna, justo e perfeito, lutar por seu povo, sua terra e todo o Paraná.

Sabe Vossa Excelência que a Estrada do Café é uma estrada delegada, uma estrada que necessita ser reparada, porque, como disse o Deputado que o apartou, tem provocado

acidentes de proporções irreparáveis.

Então, não podemos julgar o Secretário dos Transportes, não podemos julgar o Sr. Governador do Estado, porque o problema é um problema nacional.

Queria dizer a Vossa Excelência toda a bancada do PDS está coesa, este é o pensamento nosso, de lutarmos pela melhoria das estradas, mas, sem demagogia, não que eu diga isso a Vossa Excelência, mas sem demagogia da Oposição. Porque nós sabemos que Vossa Excelência luta por um objetivo, e o nosso objetivo é o mesmo de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, e o mesmo de Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes, que quer ver o Paraná...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa chama a atenção do serviço de som.

Com a palavra o nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Continua com o aparte, o nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Muito obrigado.

Então, Deputado, é um assunto muito sério.

Sabemos que o Paraná, o Brasil e o mundo, atravessam uma crise financeira.

Então, há necessidade de que se critique mas, também, há necessidade que se una, o que se faça um apoio de conscientização, para que os homens bem intencionados da administração pública paranaense, os homens honestos, como Ney Braga e o Secretário dos Transportes, sejam apoiados por nós, para que, em pouco tempo, vejamos esta estrada solidificada, dando o trânsito e o tráfego em segurança para os seus usuários.

Agradeço a Vossa Excelência e conte conosco, e se necessário for, podemos conversar com todos os companheiros do PDS, sem demagogia, como Vossa Excelência que não é demagogo, para irmos ao Secretário dos Transportes e lutarmos por esta estrada, e meus parabéns.

O SR. LÁZARO DUMONT — (Lê):

"A Rodovia do Café, BR-376, inaugurada solenemente a 25 de julho de 1965, pelo então Presidente da República CASTELO BRANCO, e pelo Governador do Estado do Paraná General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA em seu primeiro mandato, encontra-se até hoje inacabada e somente não podemos dizer totalmente abandonada porque pelo menos algumas Placas de sinalização são colocadas alertando das irregularidades existentes, tais como: FALTA DE ACOSTAMENTO, DEFEITOS NA PISTA e etc.

A Rodovia do Café BR-376, também chamada Rodovia da Integração do Paraná, continua a ser ainda hoje a principal rodovia do nosso Estado de maior fluxo de movimento. Podemos citar por exemplo o trecho Cambé-Maringá, com movimento diário chegando até a vinte mil veículos, número alarmante para uma rodovia a que na maioria do seu percurso, não se encontra acostamento, sinalização adequada, faixas auxiliares, enfim, sem nenhuma segurança, onde as cidades ao longo da rodovia, seus habitantes vivem em constantes pesadelos e sobressaltados com os inúmeros acidentes fatais e graves que ocorrem, principalmente pela falta de desvios e acostamentos desta rodovia, ao atravessar estas cidades, como é o caso de Califórnia, Rolândia, Arapongas, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva.

Não vamos aqui reivindicar a Duplicação Total da Rodovia do Café BR-376, porque com o término do trecho São Jerônimo da Serra, Piraí do Sul, da Rodovia do Cerne, haveria maior opção, e, evidentemente o fluxo de veículos, diminuiria principalmente nos trechos Londrina-Apucarana e Apucarana-Ponta Grossa.

Porém, é de se ressaltar a necessidade da duplicação nos trechos JATAIZINHO-LONDRINA, e LONDRINA-MARIN-

GÃ, assim como os desvios nas cidades acima mencionadas, além da insuficiência do desvio existente na Cidade de Apucarana, e a continuação da Duplicação do trecho CURITIBA-PONTA GROSSA, onde todo o movimento de tráfego se afunila, concentrando neste trecho, todo o movimento rodoviário do Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário restante à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos neste momento enviando um requerimento à Mesa, destinado, Sr. Presidente, ao Sr. Secretário que dirige a Segurança Pública do Paraná.

Como sabemos perfeitamente, e devidamente autorizados pela Liderança e pela nossa bancada em quase a sua totalidade este requerimento vai por nós assinado e endossado pelo Deputado Aguinaldo Pereira Lima, como sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Imprensa do meu Paraná, no Governo Ney Braga não existe lugar para corrupto e, dentro dos parâmetros da responsabilidade dos Deputados com assento nesta Casa, ontem, infelizmente, notícias veiculadas pelo Paraná e pela cidade de Siqueira Campos, de acordo com informações obtidas por diversos Deputados, tivemos notícia de que estão sendo negociadas carteiras de motorista, por intermédio do DETRAN, notícias que não sabemos, serem verídicas ou falsas.

Então, procurando seguir a orientação do grande Líder paranaense Governador Ney Braga e a de toda a sua equipe de trabalho, dizendo que pode existir falha no seu governo, mas, não existe lugar para corrupto é que ...

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

O problema que o nobre Deputado levanta é muito sério.

Principalmente em época de campanha eleitoral, a gente vê uma enxurrada de carteiras, agora, posso afirmar o seguinte: A Oposição, nunca teve acesso a esse tipo de coisa, há inclusive uma cidadezinha no Norte do Paraná, que, de cada 10 acidentes naquela rodovia, Londrina/Maringá, 4 veículos eram daquela cidade.

São coisas assim.

Mas, é preciso apurar e ir a fundo na questão, porque, muitos políticos situacionistas, em época de eleição distribuem à rodo, carteiras de motorista, para pessoas que não sabem ler, para pessoas com deficiência visual.

Infelizmente o Governo sabe, mas, medidas, ninguém toma, Deputado, e parte sempre dos Deputados políticos da Situação, a distribuição indiscriminada de carteiras.

É a mesma coisa que colocar um revólver na mão de um cidadão.

O SR. GABRIEL MANOEL — É por isso que eu digo: "vinde aos bons e seráis um deles" - vinde conosco, para procurarmos descobrir o que de fato existe.

Deputado, acho que Vossa Excelência tem razão, e se de fato nós quisermos "dar a César o que é de César" e julgar a inocência ou a culpabilidade de um responsável pelo setor de carteiras, então, é este o papel do Deputado, é este o papel do meu companheiro Deputado Aguinaldo Pereira Lima, dos nossos Companheiros da bancada do PDS e de Vossas Excelências, virmos a esta tribuna, para procurarmos esclarecer e não fazermos injustiça, porque sabemos perfeitamente a orientação do Sr. Governador Ney Braga que dá para o Líder aqui na Assembléia e para que se faça justiça e para que não haja corrupção em seu Governo. Porque Ney Braga é um homem que entrou pobre no Governo e vai sair pobre.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência concede o aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Gabriel Manoel, confesso que me sinto bastante feliz com sua presença mais uma vez na tribuna, e trazendo um assunto de destaque, para apurar a corrupção do DETRAN.

É, me sinto contente porque há uma CPI que foi solicitada pela bancada do PMDB, já no mês de março e que se encontra paralizada nesta Casa, justamente pela renúncia dos membros do Partido Governista e, até hoje, esta CPI permanece sem poder apurar, esta CPI está aí, e estaria à disposição, para inclusive apurar esses fatos que foram denunciados já na tarde de ontem aqui, tive a oportunidade de conversar com vários Deputados e seria essa a oportunidade de Vossa Excelência solicitar à Liderança do seu partido, que volte a indicar novos membros para a CPI. Porque a corrupção no DETRAN continua.

O SR. GABRIEL MANOEL — Estou achando que é questão de enfoque, é questão de ponto de vista, queremos uma CPI séria, não que Vossa Excelência não faça parte de uma CPI séria. Mas, queremos uma coisa onde não haja sensacionalismo e acho, que o nosso Líder, há, de acordo com sua solicitação, de indicar os membros para que essa CPI dentro do complexo da Assembléia, dentro da lisura que nós temos certeza, possa ser realizada e Vossa Excelência faz parte dela, haveremos de descobrir a veracidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta mas o tempo de Vossa Excelência na tribuna, está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso de seu horário.

Tendo declinado, consulto a Liderança do Partido Popular. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada nominal 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 48/80, (Mens. Govern. n.º 46/80), que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de Apucarana, que objetiva a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 38/80, que suspende por incons-

titucionalidade, nos termos da decisão definitiva do egrégio Tribunal de Justiça, nos autos da arguição de inconstitucionalidade n.º 1/78, a execução da Lei n.º 587, de 28 de fevereiro de 1978, do Município de Ibiaporã.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 45/80, (Mens. Govern. n.º 40/80), que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná com os Municípios de Assaí e Maringá, destinado ao Controle da Erosão Urbana, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 54/80, (Mens. Govern. n.º 52/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os municípios aqui nominados, que objetiva a execução de obras e a união de esforços no sentido do maior desenvolvimento da cultura.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 49/80, (Mens. Govern. n.º 47/80), que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Foz do Iguaçu, e o Termo de re-Ratificação objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 50/80, (Mens. Govern. n.º 48/80), que aprova o Termo de re-Ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, através dos Órgãos que especifica e o Município de Cascavel, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública

a “Casa Assistencial Maria Dolores”, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 41/80), que cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade, com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.—

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando o adiamento por duas (02) sessões, a discussão e votação do Projeto de Lei n.º 92/80, contante da Ordem do Dia de hoje.— **Aprovado.**

Por conseguinte, é retirado por duas sessões o referido projeto.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 55/80), que visa introduzir alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 128/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DICTATA:

Art. 1.º — Os cargos que integram as carreiras de Assistente Jurídico, Assistente Técnico Administrativo, Contador e Bibliotecário, constantes da Tabela II, da Lei n.º 7178, de 06 de julho de 1979, passam a ter os vencimentos fixados na Tabela I, desta lei.

Art. 2.º — Os níveis de vencimentos e número de cargos de provimento efetivo da carreira de Motorista, constantes da Tabela IV, da lei referida no artigo anterior, ficam alterados na forma da Tabela II, desta lei.

Art. 3.º — As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA I

SITUAÇÃO ANTERIOR — Lei 7178/79			SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA	VALOR
CARGOS			03	Assistente Jurídico	PJ.TA-3	24.000,00
			03	Assistente Jurídico	PJ.TA-2	22.000,00
	03	Assistente Jurídico	04	Assistente jurídico	PJ.TA-1	20.000,00
	03	Assistente Jurídico	01	Assistente Téc. Administ.	PJ.TA-2	22.000,00
	04	Assistente Jurídico	01	Contador	PJ.TA-1	20.000,00
	01	Assistente Técnico Administrativo	01	Bibliotecário	TA-30	13.559,00
	01	Contador				
	01	Bibliotecário				

TABELA II

SITUAÇÃO ANTERIOR — Lei 7178/79			SITUAÇÃO NOVA		
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
01	Motorista	TA-17	02	Motorista	TA-20
02	Motorista	TA-16	03	Motorista	TA-19
03	Motorista	TA-15	04	Motorista	TA-18

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 128/80

PARECER

Oriunda da Mensagem Governamental n.º 55/80, de 27 de agosto de 1.980, visa o presente projeto de lei introduzir as alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Quanto ao aspecto constitucional e legal que a esta Comissão cabe examinar, não há reparos a fazer.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha a mencionada Mensagem.

Em face das razões expendidas, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

GILBERTO CARVALHO, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 128/80

PARECER

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 55/80, introduzindo alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

O aspecto legal e constitucional da matéria foi devidamente apreciado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, através do parecer constante do processo, opinando favoravelmente à sua aprovação.

Analisando o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que a previsão orçamentária se encontra perfeitamente definida, não havendo portanto qualquer óbice que possa impedir financeiramente, a sua aprovação.

Com isso o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1.980.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;

GABRIEL MANOEL, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 128/80

PARECER

De autoria do Governo do Estado - Mensagem n.º 55/80 - o Projeto em pauta atribui novos vencimentos aos cargos de Assistente Jurídico PJ.TA- 1 a 3, Assistente Técnico Administrativo PJ.TA-2, Contador PJ.TA-1 e Bibliotecário TA-30, assim como aos cargos de Motorista TA-18 a 20, a estes também conferindo nova quantidade, tudo nos termos dos artigos 1.º e 2.º.

O projeto de lei está amparado por "criteriosos estudos realizados pelos órgãos da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos", bem como na necessidade de atender ao significativo aumento de atribuições decorrente de legislação federal e estadual há pouco editada, razões que nos convencem plenamente da oportunidade da iniciativa governamental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1.980.

(aa) JURANDIR MESSIAS, Presidente e Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando o adiamento por cinco (5) sessões, a discussão e votação do Projeto de Lei n.º 128/80. — Aprovado.

Nestas condições é adiada a discussão e votação do referido projeto, por cinco sessões.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Luz, ocorrido no Município de Piraquara. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto

Daros, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 95/77. — EM VOTAÇÃO.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem).

Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que esclareça a este Plenário, de que trata o projeto ao qual está sendo apresentado o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que o Projeto de Lei n.º 95/77, que concede redução tarifária em transportes coletivos intermunicipais a estudantes universitários.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) — Sr. Presidente, talvez Vossa Excelência não tivesse escutado, o nobre Deputado Augusto Carneiro, antes de Vossa Excelência proclamar o resultado, havia solicitado a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o presente requerimento não depende de discussão. Portanto não há encaminhamento.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, pedi a palavra para informar que o Deputado Adalberto Daros pede regime de urgência de um projeto que por coincidência encontra-se em minhas mãos, aonde já existe um requerimento do mesmo Deputado pedindo regime de urgência e aprovado por esta Casa.

E o Projeto de Lei n.º 95/80, já se encontra em regime de urgência, por um requerimento já aprovado e apresentado pelo Deputado Daros.

Era isto, Sr. Presidente.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, às autoridades responsáveis pela concessão do Prêmio Nobel da Paz de 1981, solidarizando-se com o movimento de nível nacional e internacional que visa outorgar ao brasileiro Francisco Cândido Xavier. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente do IBC, em forma de sugestão visando a alteração da Resolução n.º 71, de 19/10/70, na parte que regula a expedição das guias de trânsito. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao INCRA, encarecendo a expedição de títulos de domínio aos ocupantes de áreas na Gleba Buriti, em Laranjeiras do Sul. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que seja mantida no programa rodoviário do Estado para fins de conservação a estrada que liga Porto Sant'Ana a Cidade de Laranjeiras do Sul. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento, Secretários da Fazenda e da Agricultura, no sentido de que sejam mantidas as isenções do ICM dos produtos hortifrutigranjeiros, inclusive leite e carne. — Em discussão.

O SR. VALDUGA — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Há um movimento nacional, especificamente nos Estados da Baixada Fluminense, Estado do Rio; Estado do Espírito Santo, notadamente, que pretendem que seja procedida a taxaço nos produtos horti-fruti-granjeiros. E o movimento está para ser decidido em plano nacional, de vez que o ICM é matéria regulada por legislação federal.

Daí a razão de nós colocarmos, perante a Assembléia do Paraná, um apelo no sentido de que não haja taxaço aos produtos horti-fruti-granjeiros, de vez que eles representam uma parcela quase insignificante, segundo informações que tivemos do próprio Secretário da Fazenda, no Paraná, que, a bem da verdade, é pela manutenção das isenções.

Assim é que, é importante que esta Casa, se manifeste num assunto de relevância, porque, se para o Estado não significa muito, para um pequeno produtor, para um minicultor das granjas, significa uma quantidade razoável, de forma que vai onerar o bolso daquele que já trabalha numa atividade simplória, singular, porém edificante e de mais alta importância para a economia e para a vida nacional.

O Estado terá muito mais a arrecadar, no momento em que orientar a industrialização. Uma fábrica grande, praticamente cobre tudo aquilo que se pretendia em ICM nos produtos horti-fruti-granjeiros.

Daí porque, apresentamos o requerimento a esta Casa. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de pedido de informações, a respeito de Carteiras de Habilitação, que, segundo comentários, vêm sendo vendidas pelo Sr. Sub-Diretor do DETRAN no Município de Siqueira Campos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Previdência Social, Superintendente Regional do INPS e Secretário da Previdência Social do MPAS. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, nós queremos aduzir não só apoio, como também uma preocupação que temos em torno deste assunto, porque por três vezes, nos reportamos quanto à matéria nesta mesma Casa, além de também ter encaminhado abaixo-assinado, principalmente de operários da cidade de Toledo, no sentido claro de reivindicar a instalação de uma agência previdenciária naquela cidade, já que hoje a dificuldade é enorme, porque obriga não só o deslocamento burocrático, como também de determinados assuntos da própria Previdência no atendimento ao contribuinte, a ida a Cascavel, com transtornos e dificuldades de toda ordem.

O que estranhamos, Sr. Presidente, é que esta agência já foi criada há questão de mais de oito meses, e até a presente data não conseguimos ver a sua instalação.

Sabemos que há uma política, por parte do atual Ministro dessa Pasta, no sentido de privilegiar, em especial, o apadrinhamento político de determinados Deputados Federais, situacionistas. E se assim o fazemos, assumimos esta afirmação, pelo que temos de dados e conversas em torno da matéria, mas não podemos, por essa razão também, nos calar neste instante em que temos um requerimento de um Deputado situacionista da área, de que essa instalação, que já vem tarde, quando temos uma unidade frigorífica na cidade que só ela comporta 2.600 funcionários, e até o final do ano passado, esse número estaria atingindo o contingente de 5.100 funcionários.

Por essa razão, e por tantos outros problemas, pela enorme contribuição previdenciária que se faz na Micro Região de Toledo, é uma verdadeira ofensa àquela comunidade, a inexistência, até a presente data, da agência previdenciária reclamada.

Aprovamos em especial, porque já é angustiante, para não dizer dramática, a situação das filas que diariamente a partir das 4, 5 horas da manhã, estão defronte principalmente, ao correspondente do INAMPS do lugar, como também ao Posto de Saúde, criando, como disse antes, dificuldades e problemas, principalmente aos setores menos privilegiados da área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, consubstanciado em pedido de informações sobre a taxa de cobrança dos fornecedores quando do registro destes, junto à Divisão de Compras. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Dr. Wellington David Santos, Superintendente da SUCEPAR, pelo dinâmico trabalho que desenvolve frente à competente e prestimosa equipe, dedicada ao combate da erosão, notadamente na região noroeste do Estado. — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, com a palavra o Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O presente requerimento visa dar um voto de louvor, de aplausos, ao Sr. Wellington dos Santos, Diretor Superintendente da SUCEPAR.

Mais um voto de louvor que taxamos de absurdo, que é apresentado nesta Casa, para quem está à testa de um órgão que é responsável em combater a erosão neste Estado, é um verdadeiro absurdo.

Sou totalmente contrário a este voto de louvor, porque é sabido que esta Casa e o Paraná tem conhecimento, que o povo todo sabe que este Estado está sendo corroído pela erosão, tanto urbana quanto rural, mais urbana que rural.

A mim, o programa desse órgão, é um engodo na sua parte rural, porque quem é obrigado a fazer os serviços, é o proprietário de sua terra, e verbas vultosas são destinadas a esse órgão chamado SUCEPAR que, a meu ver, nada faz.

Na área urbana — falo pela minha terra, Campo Mourão, no ano de 77, 78, ainda recebeu alguma verba a fundo perdido, para o combate à erosão, recebeu, neste período, uma importância no valor de dez milhões de cruzeiros, cuja verba foi aplicada em confecção, em construção de asfalto no perímetro urbano, sendo este asfalto, ainda, cobrado dos contribuintes. Mas ainda vá lá.

Agora, se dar um voto de louvor a um órgão que não faz nada, que não disse porque existe neste Estado, para mim é um absurdo, e eu voto contra.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, o Deputado Darcy Deitos, referindo-se à SUCEPAR, disse que esse órgão é inativo, que não produz nada e que o requerimento do ilustre Deputado que ora está em discussão, não merece o voto de apoio.

Quero discordar do nobre Deputado, e afirmar que, felizmente, existe um órgão no Paraná, há poucos anos, que

combate a erosão urbana no Paraná, que salvou dezenas de cidades ameaçadas de seu desaparecimento, e nem é preciso aqui dizer o nome de umas poucas cidades, porque são quase todas as cidades do Noroeste do Estado.

E digo mais uma coisa, e inclusive a cidade sede do ilustre Deputado Darcy Deitos, embora sendo Terra Roxa, portanto sofrendo menos a ação das enxurradas das chuvas, também se beneficiou dos recursos da SUDESUL e do Ministério do Interior, recursos administrados pela SUCEPAR. Não será necessário dizer das verbas de Paranavaí e Nova Esperança e tantas outras cidades, repito, foram salvas com a canalização das águas pluviais, com pavimentação das ruas e construção de meios-fios, galerias necessárias e tudo mais.

Portanto, o ilustre Deputado peca quando diz que a SUCEPAR pouco realizou; fez e vai fazer muito mais. Não li o requerimento, mas merece o nosso voto e eu voto favoravelmente, como estímulo, para dizer ao Dr. Wellington, Diretor Superintendente da SUCEPAR, que ele vai muito bem, que nós estamos acompanhando de perto a ação energética, eficiente e inteligente, do Dr. Wellington, que dirige com eficiência, um dos órgãos mais importantes do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era nosso objetivo voltar a usar o microfone neste dia, mas é preciso aduzir alguns argumentos. Entendo que, na verdade, o que está se propondo no Paraná, como no Brasil, é em termos de combate à erosão urbana. E, a erosão é uma só. Ela começa no campo, na erosão rural e, as causas da erosão urbana ou rural, é que precisam ser corrigidas.

Então, por isso, o que vemos hoje são soluções parciais, com resultados temporários, porque, o que precisamos analisar, são como que se geram as erosões urbanas e rural. Em primeiro plano, não vivemos num país, onde nós temos um modelo agrícola que implantou uma série de técnicas totalmente inadequadas à nossa estrutura de solo, ao nosso clima, ao nosso tipo de terra que possui por exemplo, a Região Oeste e Nordeste do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, soluções paliativas, é ir na cidade e tampar os buracos e tentar resolver o problema da erosão urbana, quando, como eu disse, é uma só. É causada por um modelo agrícola que está criando a vitrificação do solo. Vitrificação do solo que é um processo que ocorre, provado cabalmente e, que gera de um lado, a esterelização do solo e de outro a desertificação, o fim dos microorganismos, que conseguem absorver e conter no subsolo, exatamente, a vida da terra.

E, a terra que tem vida, que tem microorganismos, é uma terra que não tem erosão. O que se está fazendo é um crime contra a natureza, e o que está se fazendo na verdade, neste Estado, é um crime também nesse combate à erosão, está se combatendo, paliativamente, como na maioria das questões neste Estado e nesse País.

Não se vai às causas, não se vai às coisas que geram os problemas. A esterelidade do solo nas Regiões do Noroeste, do Norte do Paraná, como do Oeste em especial. É claro, porque ali há entre outras coisas, a presença dos insumos básicos, todos de multinacionais, que têm como grande contingente o insumo químico, que gera a esterelidade do solo e que faz com que, pelo excesso da mecanização, no chamado processo de vitrificação do mesmo, tenhamos a utilização, por parte da agricultura, de tão somente 35 por cento da superfície do solo e, repito, pelo uso indiscriminado da maquinaria agrícola gera esse processo de vitrificação. Porque vai compactando esses 35 centímetros e, com isso, Sr. Presidente, impede a penetração da água, a

conservação da umidade. E hoje, nas regiões que acabamos de falar, quando antigamente com uma chuvarada, a umidade se conservava por 30,45 dias, hoje em dez dias, qualquer plantação está sentindo a falta de chuva, a falta de umidade.

Por que? Porque está vitrificando o solo. E este processo de vitrificação é que tem que ser combatido. Não é com medidas paliativas que não vão às causas do problema que vamos resolver. A desertificação que hoje já encontramos na Região de Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, e em outras cidades do Brasil e em outras regiões do mundo, exatamente gerada por uma tecnologia inadequada ao nosso solo, pelo insumo agrícola imposto de uma maneira exagerada, e parafernália química, e que está arrasando e destruindo os microorganismos e a estrutura da superfície de nossa terra.

Portanto, Sr. Presidente, devemos acabar com estes elogios de quem possa estar até com boa vontade, mas não está indo às causas da problemática. Se não está indo às causas, está se jogando fora este dinheiro. Pode ser uma solução temporária. Pode ser inclusive que, por cinco ou seis anos, se resolva o problema, mas precisamos aqui trazer estudos técnicos, descompromissados, mas que provam que, por exemplo, a região do noroeste, se continuar havendo o atual processo agrícola, dentro de dez anos teremos grandes áreas desertificadas. O Oeste, devido ao seu poder de solo, à sua terra roxa, à sua constituição poderemos demorar mais vinte ou vinte e cinco anos, mas é claro e definitivamente presente o processo de desertificação, exatamente pelo modelo agrícola implantado no País, pela tecnologia importada, pela mecanização agrícola desviada.

Copiamos dos Estados Unidos, toda esta sistemática. E queremos, na verdade, buscar remédios nos Estados Unidos do câncer que vem de lá mesmo. Queremos buscar remédios para as doenças que vêm de lá mesmo, onde o lucro está acima de qualquer suspeita, onde a industrialização e a própria agricultura se tornam espoliativas, principalmente nos países do Terceiro Mundo, com todas as suas conseqüências sociais. Não é com este tipo de medidas e elogios, que vamos dirimir o problema; devemos, sim, é trazer esta gente para, com franqueza, discutir neste plenário, nas Comissões Técnicas, o que está se fazendo, que entendemos de errado, porque os resultados são parciais. A erosão urbana e rural continua cada dia mais absorvendo milhões e milhões de metros cúbicos por ano de terra, que não se encontra nem um rio na região noroeste, norte ou oeste do Paraná, quando não há mais nem vida nem piscicultura nenhuma.

Portanto, Sr. Presidente, concluo também votando contra. Não pelas possíveis intenções de boa fé deste ou daquele dirigente, é que a sistemática é errada, porque não vai à causa, conseqüentemente vai aos efeitos somente, e quem combate o efeito, não sabe o que está combatendo ou não quer combater verdadeiramente o que é preciso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não posso assistir calado quando dizem que a SUCEPAR nada tem feito e nada faz. Esta Casa e o Paraná inteiro não ignoram o drama que já vivemos com a erosão em Paranavaí, Cianorte e Umuarama, e toda a região do Arenito. Eu, que represento uma região de terra roxa, existe lá também a erosão. Não podemos desconhecer o trabalho que tem desempenhado a SUCEPAR, dando prioridade às localidades da Região do Arenito.

Este requerimento que apresentou o eminente Deputado Losso, de aplausos ao Presidente da SUCEPAR, é pelos poucos recursos que ele teve condições de manusear em 79 e 80. Ele só está procurando aplicar bem e com a máxima boa

vontade, para ampliar esta verba e dar atendimento. Se o Paraná não tem feito o necessário para o combate à erosão, tem feito o possível. E, dentro do possível, tem procurado diminuir. Sabemos nós a causa da erosão. A falta de uma orientação e de um trabalho conjunto, e melhor orientação também no setor da agricultura.

Mas não quero dizer com isso, que a SUCEPAR não vem desempenhando o seu papel dentro de suas possibilidades e com recursos que possui.

Por este motivo, votamos com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Representando dois municípios, situados na região do Arenito Caiuá, pude observar o trabalho que foi desenvolvido e está sendo levado à frente, pela SUCEPAR.

Talvez os nobres Deputados Darcy Deitos e Nelson Friedrich, desconheçam os problemas que a Cidade de Tuneiras do Oeste enfrentava até pouco tempo, problemas decorrentes do mau uso do solo, é certo que existam, mas não por culpa do Governo Estadual ou mesmo Federal, porque a Legislação é muito clara no tocante à preservação de áreas florestais, notadamente às margens dos rios.

Não houve o respeito à lei. Conseqüentemente, os problemas estão sendo verificados agora. Deve portanto, o poder público, procurar solucioná-los a curto prazo, porque, se for procurar analisar as causas, muitas cidades desaparecerão. As populações serão afetadas. A economia está prejudicada.

Neste afã, a SUCEPAR tem cumprido com fidelidade os seus objetivos.

Observamos por parte de toda a equipe, conforme faz alusão o requerimento, o dinamismo, o interesse, a dedicação máxima em procurar minorar os problemas que se verificam, especialmente na importante Região Noroeste do Paraná.

Essa Assembléia, Sr. Presidente, tem assistido as freqüentes investidas de diversos Parlamentares da Oposição, criticando os órgãos governamentais.

Eu pergunto: será que é justo apenas criticar? Não deve o Parlamento também reconhecer aqueles que estão cumprindo com o seu dever?

Por esta razão, Sr. Presidente, creio que os Deputados que, conscientemente, analisam o trabalho que se realiza no Estado do Paraná, darão o apoio à presente proposição.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o requerimento.

O SR. RUBEN VALDUGA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao Deputado Valduga, que o Deputado Pinto Dias anteriormente havia solicitado a palavra para encaminhar a votação.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pinto Dias.

O SR. PINTO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As ponderações citadas aqui, em relação ao requerimento que é objeto da discussão, em pauta, foram analisadas por alguns Deputados, incluindo duas áreas da erosão: a área rural e a área do perímetro urbano.

Não posso discordar das manifestações, das preocupações com relação ao problema da erosão na área rural. Realmente, ela é muito séria, e praticamente nada se fez com relação ao combate à erosão na área rural.

O problema da devastação do solo, no Estado do Paraná, não só na área do noroeste, é muito sério e muito grande. Mas é um problema afeto ao Ministério da Agricultura.

Com relação ao problema da área do perímetro urbano, que é o objetivo de discussão desse requerimento, data vênua

do Deputado que subscreveu, me parece que é um voto congratulando com a SUCEPAR pelos relevantes serviços que vem prestando ao trabalho de combate à erosão nas áreas dos municípios paranaenses, principalmente no Noroeste do Estado.

Eu quero, nobre Deputado e prezado Presidente, como Deputado do Noroeste do Paraná, e como ex-Prefeito da Cidade de Paranavaí, dizer que vou votar favoravelmente a este requerimento, e entendo que não é a bajulação, não é favor, e é mais do que um estímulo, é um voto dos mais justos, porque se tem um órgão que merece todo o o respeito e atenção dos Srs. Deputados, é a SUCEPAR, porque a SUCEPAR, com o DNOS, com a SUDESUL, através do Ministério do Interior, tem dado aos municípios paranaenses, projetos da mais relevante técnica, projetos que têm realmente, beneficiado os municípios.

Os Deputados e os homens públicos que conheceram alguns Municípios como Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Cianorte, Paranavaí, Nova Esperança, e tantos outros, há oito, dez, quinze anos atrás, e que os visitam hoje, vão perceber a importância destes órgãos e o trabalho extraordinário que eles vêm prestando aos municípios do Noroeste do Paraná.

De forma, meus senhores Deputados, que querer desconhecer ou ignorar o extraordinário serviço que a SUCEPAR vem prestando aos municípios paranaenses, é querer desconhecer, é não tomar conhecimento da realidade.

Mas, o que está se votando aqui, é o requerimento de congratulações para com a direção da SUCEPAR que, a meu ver, é dos mais justos e dos mais razoáveis. De forma que fica aqui a nossa posição.

Votarei com o requerimento, congratulando-me com a SUCEPAR.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente.

Raramente uma matéria vem assim abordada com tanto interesse e com tanta profundidade, o que aliás, é desses momentos em que a gente se redime de situações que, às vezes, nos levam a tomar posições sectárias, enfim, posições políticas já demais conhecidas.

Prestei muita atenção em vários pronunciamentos, e destaco aqui a do Deputado Pinto Dias, com o devido respeito aos demais, e ao do Deputado Nelson Friedrich.

Acho que a questão ficou bem colocada, especialmente pelo Deputado Pinto Dias, quando faz destacar que a SUCEPAR vem realmente agindo na zona urbana. E a crítica que faz o Deputado Nelson Friedrich, é inteiramente procedente, e não pode ser desconhecida. A forma como vem se depauperando pelo nosso sistema agrícola brasileiro, pelo nosso sistema agrícola do Paraná, é realmente uma coisa lastimável.

Eu que vivo em região agrícola e vivo os problemas da agricultura, posso sentir, com toda a dor, às vezes perceber que a terra está reduzindo ano por ano, a nossa maravilhosa terra do Paraná, a sua produção, por falta de uma proteção, ou por um combate à erosão.

Daí que, não seja apenas um elogio à SUCEPAR, no qual eu, desde já, quero declarar que me associo. Mas, gostaria que Vossa Excelência também, dada a relevância dos pronunciamentos, fizesse juntar a esse elogio, o pensamento de toda a Casa, juntando então, a cópia dos pronunciamentos aqui expendidos com relação a matéria.

Não sei se é regimental a forma do pedido; se não for, peço instruções de como fazê-lo. Mas, se for, para saber a SUCEPAR o que pensa esta Casa e suas diversas correntes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, meu voto é favorável ao requerimento,

não porque reconheça um trabalho digno da SUCEPAR, merecer, mas voto favorável, com o adendo que apresentei à Mesa, no seguinte sentido e como única forma de que a SUCEPAR tenha conhecimento de que, aqui dentro, há vozes discordantes sobre o seu trabalho; se a maioria entende que é um trabalho perfeito no setor rural, acredito que muitos dos Srs. Deputados da Situação que votam favoravelmente ao requerimento, reconhecem que há alguma coisa a desejar quanto ao aspecto rural.

Então, o meu adendo é no sentido de que todas as manifestações proferidas pelo Plenário, acompanhem o voto de louvor, com o fim de que a SUCEPAR tenha, na íntegra, o conhecimento e o conceito que a Casa faz, do seu trabalho.

Voto favoravelmente ao requerimento, e peço aos Companheiros que me acompanhem no adendo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está em votação o requerimento, ressalvado o adendo, subscrito pelo Deputado Nilso Sguarezi, que diz:

“Adendo ao requerimento.

Encaminhe-se junto ao voto, todas as manifestações proferidas em Plenário”.

Em votação o requerimento, ressalvado o adendo do Deputado Nilso Sguarezi. — **Aprovado.**

Em votação o adendo, subscrito pelo Deputado Nilso Sguarezi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido que preste as informações para esclarecimento desta Casa Legislativa, referente à publicação de matéria promocional em jornais. — Em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa tomou conhecimento, na sessão de ontem, de um pedido de informações formulado na tribuna, pelo Deputado Dácio Leonel, Líder do Partido Popular com assento nesta Casa.

Devo, inicialmente, manifestar que a Liderança do nosso Partido, firmou posição contrária à aprovação do requerimento, por razões que são nitidamente claras e que eu tentarei expor, rapidamente, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Na verdade, o móvel que originou o requerimento do Deputado Dácio Leonel, é a repetição de atos de rotina da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado, e quando Sua Excelência lia da tribuna o seu requerimento, aqui nesta Bancada já sentíamos alguma estranheza em relação à forma unilateral como o nobre Deputado encaminhava o seu requerimento, porque outros setores da Administração Estadual fizeram o mesmo tipo de divulgação anteriormente, e o ilustre Deputado tão somente focalizou, tão somente direcionou a sua atuação parlamentar, política, em relação ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social.

E, da forma como a questão foi trazida a este plenário, da forma como a matéria foi submetida à apreciação deste Plenário, a impressão clara que se tem é que o Secretário da Saúde e Bem Estar Social está assumindo uma postura de promoção, seja pessoal ou seja político-administrativa no seu setor, quando na verdade, isto não acontece.

A publicação citada no requerimento que neste momento está em processo de votação, faz parte de um conjunto global de divulgação das obras governamentais.

Fica claro portanto, Sr. Presidente, inclusive pelos antecedentes que esta Casa tem registrado, que é muito mais uma posição política do Deputado Dácio Leonel, em relação ao Secretário Oscar Alves, do que qualquer outra manifestação de interesse por eventuais gastos políticos desnecessários.

E, por estas razões, fundamentalmente, a bancada do Partido Democrático Social vota contrariamente ao requerimento, por entender também que esta divulgação tem um alcance importante, pois que, em forma de relatório, significa uma prestação de contas de um dos mais vitais setores da administração pública do Estado do Paraná.

Votar favoravelmente a esta matéria, será admitir dentro desta Casa a configuração de um problema de estrito relacionamento político de ordem pessoal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente.

Inicialmente, devo confessar a presença do ilustre Deputado Airton Cordeiro, que vem posicionar contrariamente ao requerimento que apresentamos, os componentes da sua Bancada.

Até aí, admito, aceito; não me causa nenhuma estranheza, porque, desde o tempo em que participei já à época da ARENA, sempre e em todas as ocasiões, me bati em benefício, no sentido de que a Bancada sempre desse as condições a que pedidos de informações que fossem apresentados, pudessem ter o respaldo desta Casa. Por entender que, não se deve esconder nada, e quando alguma coisa se esconde é porque efetivamente alguma coisa existe por trás.

Na verdade, devo dizer ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, que fez um julgamento a seu modo, por entender que talvez uma questão pessoal entre este Deputado e o Sr. Secretário da Saúde, tivesse sido o motivo do nosso comportamento na apresentação deste requerimento.

Acontece, Sr. Presidente, que na verdade, não tive a oportunidade de ter nos outros dias, folhado os jornais, e observado, que todos os dias, o Governo vem gastando uma verba que não tem, para atender outros setores, para fazer propaganda dele, Governo, e das suas Secretarias.

Mas, vou voltar; vou voltar porque acabo de ter conhecimento que isto se faz de rotina. E vamos então, já que o caso não será mais pessoal, apresentar um pedido de informações de tudo quanto se tem gasto neste sentido, através desses informes, de páginas inteiras através dos jornais.

E devo dizer-lhe, Deputado Airton Cordeiro, que se o meu problema fosse pessoal com o Sr. Secretário da Saúde, eu já teria vindo aqui para apresentar um pedido de informações através de um pedido de informações, através de um punhado de xerox de notas oficiais que tenho, das mordomias da Secretaria da Saúde. Mas vou apresentá-las, não sei se como pedido de informações, ou se vou requisitar, vou solicitar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque alguém deverá, efetivamente de estar dentro de uma corrupção naquela Pasta.

Estou sendo chamado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para uma saída que pretende dar o Deputado que foi à tribuna para fazer o encaminhamento de votação. Estou sendo chamado de homem, que não está utilizando apenas o seu direito de Deputado que é, porque se partisse para este campo, eu talvez poderia, inclusive dizer, que na bancada do Governo, talvez tenha um dos seus Deputados que possivelmente também por parentesco com o Sr. Secretário, não pudesse usar a condição de voto. Mas, em momento algum fiz análise, não tenho feito nenhuma referência a ele, o tenho respeitado nesta Casa.

Daí porque, Sr. Presidente, vou aguardar a decisão desta Casa, mas voltarei ao assunto, não apenas com um pedido mais amplo, para que possamos conhecer tudo que se tem gasto através de divulgação, não do interesse direto, mas tipo de

divulgação apenas de promoção pessoal, de páginas inteiras de jornais, quando não preciso outra vez voltar a contar aquilo que o povo inteiro sabe e que tanto se tem repetido aqui, das dificuldades do Estado, das dificuldades do município e da Nação. Mas não existem dificuldades para queimar dinheiro desta forma, em promoções pessoais ou promoções do Governo ou de suas Secretarias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. — Rejeitado.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Dácio Leonel, queiram levantar-se. — (Pausa).

6 Srs. Deputados aprovam, 21 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 44 e 45/80, e de Lei n.ºs 178/79.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 64 e 98/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 19, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 72, 79, 88, 97, 99 e 104/80.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 361/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8665, de 10 de setembro de 1980, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar o Decreto Legislativo n.º 106/80, de 27 de fevereiro de 1980, que proveu MANOEL MARCOS MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Cyro Martins.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de setembro de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 362/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8665, de 10 de setembro de 1980, deste Poder,

R E S O L V E :

prover, IVO GILBERTO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Cyro Martins.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de setembro de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

PORTARIA N.º 606/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA E

conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5) sobre os vencimentos de SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula n.º 172, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1.º de julho de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 6310)

PORTARIA N.º 607/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula n.º 222, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 5303)

PORTARIA N.º 608/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS, matrícula n.º 556, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

(Protoc. 5304)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de setembro de 1980.

a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral

ATOS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.^a LEGISLATURA — 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 15.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado GILBERTO CARVALHO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lineu Turra apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 34/78, de autoria do Deputado Fuad Nacli. PROJETO DE LEI N.º 27/79, de autoria do Deputado José Tavares. PROJETO DE LEI N.º 28/80, de autoria do Deputado José Tadeu Lúcio Machado. PROJETO DE LEI N.º 61/80, de autoria do Deputado Adalberto Daros. PROJETO DE LEI N.º 63/80, de autoria do Deputado Adalberto Daros. PROJETO DE LEI N.º 66/80, de autoria do Deputado Gabriel Manoel. PROJETO DE LEI N.º 67/80, de autoria do Deputado Wilson Fortes. PROJETO DE LEI N.º 70/80, de autoria do Deputado Francisco Escorsin. Bem como os Projetos de Resolução de n.ºs 26/80 e 38/80. Pelo Deputado José Tadeu Lúcio Machado foi apresentado redação final ao Projeto de Lei n.º 94/80, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 43/80. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

Lélcio G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado PAULO CAMARGO, e contando com as presenças dos Deputados FLORIVALDO PALÁCIOS, DAVID FEDERMANN e RENATO BUENO, membros da Comissão de Saúde Pública, reuniram-se para tratar de assuntos inerentes a citada Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada, sem restrições a ATA da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado pelo Senhor Deputado DAVID FEDERMANN o Projeto de Lei n.º 86/80, de autoria do Deputado PINTO DIAS, que denomina "ARNALDO FRAIVO BUSATO", o Posto Estadual de Saúde da cidade de Paranavaí. Parecer favorável. APROVADO. Projeto de Lei n.º 59/80, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, tornando obrigatório o registro diário da análise de leite empacotado vendido no Paraná, bem como sua divulgação no primeiro dia útil de cada mês, pela Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. Relator Deputado RENATO BUENO. Parecer favorável. APROVADO. Sendo o que consta da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Lóris Cordeiro de Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1980.
aa) PAULO CAMARGO — Presidente
Lóris Cordeiro de Barros — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
9.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta, reuniu-se sob a Presidência do Deputado Quielise Crisóstomo a Comissão de Finanças. Contando com a presença dos Deputados membros e suplentes da Comissão e outros Senhores Deputados, cujas presenças foram anotadas em separado para posterior envio ao Senhor Primeiro Secretário deste Poder, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado e aprovado o seguinte projeto: PROJETO DE LEI N.º 128/80, de autoria do Poder Executivo, mensagem n.º 55/80, introduzindo alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Relator Deputado Gabriel Mancel. Parecer favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião e para constar, eu, Luiz Douglas Ferreira, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1980.
aa) QUIELISE CRISÓTOMO — Presidente
Luiz D. Ferreira — Secretário